

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.599.495 - SP
(2019/0302116-9)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : JOSE BENEDITO GUERRA MAIA
AGRAVANTE : DIRCE DE OLIVEIRA MAIA
ADVOGADOS : JOSÉ ARNALDO VIANNA CIONE FILHO - SP160976
MATHEUS INACIO DE CARVALHO - SP248577
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MÁRCIO CASTRO KAIK SIQUEIRA - SP200874
CARLOS ALBERTO BONORA JUNIOR - SP230926

DECISÃO

Em virtude das razões expostas na petição de fls. 460/468, reconsidero a decisão (e-STJ, fls. 456/457) proferida pela Presidência do Superior Tribunal de Justiça, que negou seguimento ao agravo interposto por JOSÉ BENEDITO GUERRA MAIA e OUTRA ante a ausência de impugnação específica, razão pela qual passo a examinar o recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 380):

AGRAVO INTERNO. Decisão que indeferiu pedido de justiça gratuita formulados pelos réus, determinando aos aqui recorrentes o recolhimento do preparo na apelação.

Ausência de motivos para reforma. Diferimento também negado. Recolhimento que deve ser realizado, ficando concedido prazo complementar improrrogável de cinco dias, independente de embargos declaratórios ou qualquer outro recurso, sob pena de deserção. Recurso desprovido, com determinação.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação dos arts. 98 e 99 do Código de Processo Civil/2015, ao negar o benefício da gratuidade judiciária, bem como do diferimento das custas processuais ao final.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

A Corte de origem negou o benefício da gratuidade judiciária, bem como o diferimento das custas ao final, ante a ausência de comprovação da situação de

hipossuficiência dos ora agravantes, fundamentando nos seguintes termos (e-STJ, fls. 381/382):

Em sede de apelação, requereram a concessão do benefício da gratuidade da justiça.

Diante disso, foram instados, por r. despacho de fls. 264/265, a trazer as três últimas declarações de renda a fim de possibilitar a análise do pedido de concessão da gratuidade da justiça; todavia, apresentaram somente extratos do andamento dos inúmeros processos contra eles ingressados.

Assim, foi negado o benefício e concedido prazo para recolhimento do preparo, sob pena de deserção (fls. 330/331).

Os recorrentes não apresentaram documentos suficientes para comprovar a precariedade financeira alegada quando instados a fazê-lo.

Além do mais, o C. Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que o decreto de liquidação extrajudicial é insuficiente para comprovar a situação financeira da empresa, necessitando demonstração cabal da impossibilidade de arcar com os encargos processuais, o que aqui não ocorreu.

Lembro ter caráter excepcional a isenção tributária que a gratuidade da justiça proporciona, em detrimento do erário, pois a regra é pagar os tributos devidos.

Ocorre que os recorrentes não atacaram esses fundamentos no recurso especial, limitando-se a alegarem "*evidência do difícil momento econômico-financeiro vivenciado*" e que "*estão sendo demandados em várias ações de execução manejada por credores*" (e-STJ, fl. 351), razão pela qual a argumentação exposta não possui elementos aptos a infirmar as razões lançadas no acórdão recorrido, aplicando-se, na espécie, por analogia, o óbice das Súmulas 283 e 284/STF.

Precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF. DECISÃO MANTIDA.

(...)

3. O recurso especial que não traz insurgência específica capaz de

combater fundamento do acórdão recorrido, suficiente para mantê-lo, não deve ser admitido. Incidência das Súmulas n. 283 e 284 do STF.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 926.467/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 1º.12.2016, DJe 9.12.2016).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. RECONHECIMENTO DE CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE CARTÕES TELEFÔNICOS COM CLÁUSULA DE EXCLUSIVIDADE. INCIDENTE DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. SÚMULA N. 83 DO STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 211 DO STJ E 282 DO STF. AUSÊNCIA DE JUÍZO DE VALOR. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF.

(...)

4. É deficiente a argumentação que não guarda correlação com o decidido nos autos, deixando de impugnar a fundamentação do julgado. Súmulas n. 283 e 284 do STF.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1.391.525/PE, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25.11.2014, DJe 12.12.2014).

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília, 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora